

Cercos contra o incentivo à violência nas escolas

Ministro da Justiça, Flávio Dino fala em suspensão e até banimento se plataformas não coibirem apologia. Polícia Federal cria grupo para identificar e suspender perfis no país

Ataques em escolas: redes sociais podem ser punidas

Brasília – O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino (PSB-MA), afirmou, ontem, que as redes sociais podem ser suspensas e até banidas caso não tomem medidas para combater discursos de apologia a ataques em escolas. A declaração foi dada durante entrevista coletiva, em Brasília, para tratar das ações que a pasta deve adotar para prevenir e combater casos de violência em instituições de ensino. Diante da onda de ataques, o governo federal anunciou várias medidas, inclusive, a liberação de R\$ 150 milhões do Fundo Nacional de Segurança Pública para estados e municípios investirem no reforço da segurança. Já a Polícia Federal formou grupo para identificar e pedir a suspensão de perfis nas redes sociais.

“Temos dois caminhos que vamos adotar concomitantemente. De um lado, sanções administrativas que podem chegar à suspensão da atividade da empresa, caso de retirada do ar até que adote a providência, e poderia chegar ao banimento, mas é uma medida muito extrema. E, ao mesmo tempo, acionar o Ministério Público”, disse o ministro ao indicar possíveis ações que o governo federal irá tomar. “Nós vamos notificar para tirar o conteúdo imediatamente, imediatamente mesmo, e vamos adotar o mesmo parâmetro do TSE [Tribunal Superior Eleitoral] de 2 horas. Não havendo o cumprimento, multa e até o limite da suspensão da atividade da empresa”, disse também.

Para exemplificar o que será apontado como discursos que podem causar punições às redes



“

Vamos notificar para tirar o conteúdo imediatamente e adotar o mesmo parâmetro do TSE de 2 horas. Não havendo o cumprimento, multa e até o limite da suspensão da atividade da empresa”

■ Flávio Dino, ministro da Justiça e Segurança Pública

sociais, Flávio Dino citou um caso. “Vamos imaginar uma situação concreta. Existe um vídeo que nós consideramos apologético em relação a um massacre. São imagens que têm uma música hollywoodiana de aventura, como algo charmoso, heroico. Nós consideramos isso muito grave. Vamos imaginar que a plataforma considere que não, pois o perfil não escreveu vamos repetir isso aqui”. Numa situação dessa, vamos notificar, tirar do ar, tomar todas as medidas.”

A reunião entre a pasta e representantes do Twitter no Brasil, na segunda-feira, também foi citada pela Assessora Especial e

Coordenadora para Direitos Digitais do Ministério da Justiça. “Tivemos uma reunião com a plataforma e eles mostraram disposição de fazer moderação de conteúdos que façam apologia a perfis criminosos e a perpetradores de massacres”, informou Estela Aranha, responsável pelo tema no ministério da Justiça.

De acordo com Flávio Dino, as redes sociais serão responsabilizadas pelo conteúdo divulgado nas plataformas. O ministro citou que há uma seleção do que é mostrado ou não para os usuários. Pela primeira vez, nós temos um regimento claro de como combater condutas a par-

tir da responsabilização das empresas que, durante anos, disseram que eram neutras e que, por tanto, não eram responsáveis. São responsáveis! Politicamente, socialmente e juridicamente”, comentou Dino.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública vai publicar portaria que estipula multa para as redes sociais que não cumprirem as regras para combater conteúdos que fazem apologia de violência e ameaças de ataques em escolas no Brasil. Flávio Dino afirmou que as plataformas serão obrigadas a fazer uma análise de risco sistêmico e implementar uma política de

moderação ativa. “Vou editar a portaria que condensa as orientações para a Senacon porque se trata de um serviço de consumo e também da Senasp [Secretaria Nacional de Segurança Pública] fixando novas diretrizes”, disse ele à GloboNews.

PERFIS Já a Polícia Federal destacou um grupo de policiais para identificar e pedir a suspensão de perfis nas redes sociais. O trabalho conjunto entre as diretorias de Inteligência e Crimes Cibernéticos deve servir para abrir investigações e colocar na rua operações para conter o número de casos de ataques. Ontem,

por exemplo, a PF no Mato Grosso do Sul fez operação após descobrir indícios de ações organizadas por um grupo de jovens. Os agentes identificaram os envolvidos, que alegaram se tratar de trote. O trabalho conjunto das diretorias também servirá de base para investigações que devem ser conduzidas pelo setor de combate a crimes de odio. Além de identificar os perfis, a PF pretende pedir a suspensão das páginas às plataformas.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Pagina: 3